



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

REITORIA

Conselho Superior

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 796, de 30 de julho de 2024.

Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio do IFRR Campus Avançado Bonfim.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Ad referendum*, deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23231.000797.2024-11.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio do IFRR *Campus Avançado Bonfim*, conforme Anexo.

Art. 2.º Fica revogada a Resolução 711/2022 - CONSUP/IFRR, de 26 de dezembro de 2022.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de julho de 2024.

Nilra Jane Figueira Bezerra
Presidente do CONSUP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Maria Eliana Lima dos Santos

DIRETORA ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Claudete Correa dos Santos

COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Karla Cristina Tabosa Machado

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

André Ferreira Silva

Claudete Correa dos Santos

Clinton Junior George

Edineide Cristina Alexandre de Souza

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Perfil Institucional
- 1.2 Missão, visão de futuro e valores do IFRR
 - 1.2.1 Missão
 - 1.2.2 Visão de Futuro
 - 1.2.3 Valores
 - 1.2.4 Propósito
- 1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR
- 1.4 Histórico do Campus Avançado Bonfim

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

- 3.1 Objetivo Geral
- 3.2 Objetivos Específicos

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

- 5.1 Requisitos de acesso
- 5.2 Requisitos de permanência

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

- 6.1 Área de atuação do egresso
- 6.2 Acompanhamento do egresso

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 7.1 Estrutura Curricular
- 7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo
- 7.3 Ementário
- 7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

- 9.1 Prática Profissional Supervisionada
- 9.2 Estágio Profissional Supervisionado
- 9.3 Projetos
- 9.4 Prática Profissional Integrada

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

14. APOIO AO DISCENTE

- 14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas
- 14.2 Assistência Estudantil
- 14.3 Apoio Pedagógico

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

16. CONSELHO DE CLASSE

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- 17.1 Do processo de ensino-aprendizagem
- 17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

18.3 Política de Educação Ambiental

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

22. REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/ campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Avançado Bonfim (CAB)

CNPJ: não possui.

Eixo Tecnológico de atuação do campus: Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação e Recursos Naturais.

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio, Bonfim, Roraima. CEP: 69.380-000

Telefone(s): (95) 98420-9362.

Site do campus: bonfim.ifrr.edu.br

Reitora: Nilra Jane Figueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretora do Campus: Maria Eliana Lima dos Santos

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus: Claudete Correa dos Santos

Equipe de Elaboração do PPC:

PORTARIA Nº 2197/GSB-CAB/IFRR, DE 10 DE JULHO DE 2024:

Claudete Correa dos Santos (1089732) - Presidente;

Clinton Junior George (2127227); e

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960).

PORTARIA Nº 4004/GSB-CAB/IFRR, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023

Claudete Correa dos Santos (1089732) - Presidente;

André Ferreira Silva (1058140); e

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960).

PORTARIA Nº 0365/GSB-CAB/IFRR, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2024

Karla Cristina Tabosa Machado (1150325) - Presidente;

André Ferreira Silva (1058140);

Claudete Correa dos Santos (1089732);

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960); e

Rommel Rocha de Sousa (1771431).

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Modalidades de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Matutino/Vespertino

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 35

Carga horária máxima do curso: 800 (oitocentas) horas de componentes curriculares obrigatórios + 40 (quarenta) horas para componente curricular optativo, totalizando 840 (oitocentos e quarenta) horas.

Carga horária total obrigatória: 800 (oitocentas) horas

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Técnico em Administração

Proposta: reformulação

Duração prevista: 06 (seis) semestres

Integralização curricular mínima: 06 (seis) semestres

Integralização curricular máxima: 09 (nove) semestres

Coordenadora do Curso: Karla Cristina Tabosa Machado

Resolução de Autorização de Funcionamento: Resolução 678/2022 - CONSUP/IFRR, de 7 de julho de 2022.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRR é vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e classificado na tipologia 1 (até nove *campi*). É composto por 1 unidade administrativa (Reitoria) e 5 *campi*, representados na figura 1.

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria



Fonte: IFRR.

Os *campi* são situados em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima, distinguindo-se pela capilaridade e interiorização. Dois *campi* estão localizados na capital, o *Campus* Boa Vista e o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, sendo o primeiro o mais antigo, com 30 anos de atuação. Outros dois são agrícolas, o *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari, e se encontram, respectivamente, no sul e no norte de Roraima. Há também uma unidade de ensino instalada na região de fronteira com a Guiana: o *Campus* Avançado Bonfim.

Essa localização estratégica do IFRR leva-o a atender a diferentes realidades produtivas, sociais e culturais locais, alcançando aqueles que jamais haviam tido acesso à educação profissional, pública e de qualidade. Dessa forma, a instituição tem estudantes de 8 etnias de Roraima, Ingarikó/Patamona, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Ye'kuana/Maiongong, Sapará, Wapixana e Yanomami, e de 2 etnias do Amazonas: Baré e Tikuna. Contempla, além disso, ribeirinhos, trabalhadores camponeses da agricultura familiar, extrativistas com viés ecológico e demais populações amazônidas de pertencimento etnoterritorial sustentável.

Com o planejamento do desenvolvimento institucional e da oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades, o IFRR alinha ensino, extensão, pesquisa e inovação a fim de atender às especificidades e demandas das comunidades, contribuindo com o desenvolvimento desses arranjos, principalmente, onde não estão consolidados.

A gestão democrática, característica do IFRR, é praticada de forma paritária, considerando os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e compõem as principais instâncias colegiadas e os fóruns consultivos e deliberativos. Os planejamentos institucionais são construídos com a participação da comunidade acadêmica, e as decisões orçamentárias realizadas de forma colegiada pelo Comitê Orçamentário, respeitando-se rigorosamente os princípios da administração pública.

No IFRR, a dimensão ensino é orientada filosoficamente pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e operacionalizada por meio da Organização Didática (OD). Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é entrelaçada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões devem promover transformação social, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos, socioeconômicos e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa engloba a inovação e busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, é produzido mediante a interação dialógica com as comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado às atividades de ensino e extensão.

A extensão se consolida mediante a articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, constituindo-se num processo educativo e investigativo que possibilita a inserção no território, a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias socialmente referenciadas e contribuindo com produção de

conhecimento a partir do vínculo entre o saber acadêmico e o saber popular. A extensão também revela a prática social por meio de projetos e programas, com acesso mediante editais, publicados anualmente, beneficiando alunos com bolsas custeadas com orçamento institucional, além de projetos de fluxos contínuos sem auxílio de bolsas.

A pesquisa e a extensão são potencializadas pela Agência de Inovação do IFRR, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias por intermédio da articulação entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras voltadas à economia popular e solidária, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e à produção cultural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento integrado e sustentável de Roraima.

1.2. Missão, visão de futuro e valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso, ressalta-se a importância de sua inclusão no perfil institucional.

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação. Segue-se a declaração do instituto:

1.2.1 Missão

A missão é a declaração que expressa a razão de existir do IFRR. Mais que isso, ela deve estar traduzida nas pessoas, no trabalho que realizam na instituição e no porquê o fazem.

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nessa linha de pensamento, a missão, acima descrita, busca fortalecer e orientar a ação dos principais atores institucionais.

1.2.2 Visão de Futuro

A visão de futuro reflete a transformação que o IFRR deseja alcançar no cumprimento de sua missão. Assim, no fim do quinquênio 2024-2028, a instituição pretende:

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse sentido, a visão de futuro, estabelecida acima, tem as seguintes características: transmitir uma noção de direção, apresentar uma noção de destino, ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável, e ser compartilhada e apoiada por todos.

1.2.3 Valores

Os valores são convicções e premissas dominantes da organização que formam o seu código de conduta. Portanto, devem inspirar o comportamento das pessoas e nortear a gestão estratégica. Assim, os valores que foram definidos para este quinquênio e que deverão ser compartilhados pela instituição são:

- Inclusão Social
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão Democrática
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana.

Seguem-se as interpretações gerais desses conceitos:

Inclusão Social:

Criar condições equitativas para que o público-alvo tenha acesso às oportunidades disponibilizadas pela instituição, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas, culturais ou físicas, promovendo a diversidade e mitigando as barreiras que possam excluir determinados grupos.

Ética e Transparência:

Atuar com princípios morais e comportamentos corretos e justos, assim como prestar informações relevantes, de forma clara e acessível, garantindo que as ações e as decisões sejam compreendidas pelo público, construindo a confiança, promovendo a responsabilidade e mantendo padrões elevados de conduta.

Responsabilidade Socioambiental:

Incluir, nas vivências do instituto, práticas que promovam a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o respeito às comunidades locais, buscando equilibrar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, praticando a gestão responsável dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da instituição.

Gestão Democrática:

Promover práticas administrativas e de tomadas de decisão que envolvam a participação ativa e representativa de diversos membros da comunidade acadêmica, incluindo seus diferentes atores, nos processos decisórios, garantindo que a gestão seja realizada de maneira colaborativa e justa.

Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana:

Comprometer-se com o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, opiniões e características individuais, preservando a dignidade humana, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, justiça e respeito, independentemente de suas diferenças.

1.2.4 Propósito

Outro elemento norteador que fará parte das práticas de gestão do IFRR é o propósito institucional. A declaração do propósito, que vem a seguir, é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo:

Formar pessoas e disseminar inovação e tecnologia para transformar a sociedade de forma inclusiva e sustentável.

1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 institutos federais, incluindo o IFRR, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Ao longo de 30 anos de existência, o IFRR tem sua trajetória marcada por várias mudanças, que agregaram aprendizagens importantes para o desenvolvimento institucional, tornando-o referência na oferta de educação pública gratuita de qualidade em todos os rincões do Estado de Roraima, promovendo a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação e qualificação profissional.

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD



Fonte: IFRR.

A figura 2 apresenta a localização estratégica das seis unidades do IFRR ao longo do território roraimense. O texto a seguir traz, de forma resumida, a história da instituição ao longo de 30 anos de contribuição. Ela se divide em cinco etapas:

Etapas 1: Escola Técnica de Roraima Integrante da Rede de Ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começa suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 estudantes. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Etapa 2: Escola Técnica de Roraima Integrante do Sistema de Ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o Regimento Interno desta e as grades curriculares dos dois cursos técnicos ofertados por ela, validando todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Etapa 3: Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1.º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos, distribuídos em seis turmas. Em 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Etapa 4: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à de transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de unidades descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracará, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma do Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

Etapa 5: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sanciona a Lei nº 11.892, criando 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na capital. O último a ser implantado foi o Campus Avançado Bonfim, cuja autorização para funcionamento se deu em 2015. As cinco etapas descritas acima estão representadas na figura 3:

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.



Fonte: IFRR.

1.4 Histórico do Campus Avançado Bonfim

O processo de criação do Campus Avançado Bonfim (CAB), iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de 40 (quarenta) Unidades de Educação Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajaí, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o *campus* seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do Campus Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do Município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionaria provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme havia sido previsto, no segundo semestre de 2014, tiveram início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Mais precisamente em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria nº. 27, de 30 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), sendo que neste período o *campus* estava vinculado ao *Campus Boa Vista* (CBV). No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria nº. 1326/2016/REITORIA/IFRR (IFRR, 2016), o CAB passou a ser vinculado administrativamente à Reitoria/IFRR.

Nos anos seguintes o CAB ofertou vagas nos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Administração Subsequente. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Auxiliar de Secretaria Escolar, Assistente de Vendas, Operador de Computador e Auxiliar de Administração dentre outros.

Em 2021, no primeiro semestre o CAB ofertou os cursos Técnicos em Agricultura e Guia de Turismo, também ofertou diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada de 40 horas: Marketing Pessoal, Conhecendo o Comércio Exterior, Qualidade no atendimento ao Turista, A Arte de Falar em Público e Técnicas de Vendas e Negociação. No segundo semestre de 2021 foram ofertados Cursos de Formação Inicial e Continuada de 160 horas: Piscicultor e Assistente Financeiro e o curso Técnico em Administração no município de Normandia/RR.

Até o primeiro semestre de 2022, o CAB já formou mais de 800 (oitocentos) estudantes em cursos técnicos na forma subsequente e em cursos de Formação Inicial e Continuada. Além do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento de cursos com outros campi, prefeituras municipais e com a Secretaria Estadual de Educação. Com o estabelecimento de sua sede e melhoria das instalações físicas e fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado aumento de vagas e funcionamento nos três turnos, oferta de cursos de graduação e maior diversidade formativa. O Eixo tecnológico em que se insere o curso é o de Eixo de Gestão e Negócios.

2. JUSTIFICATIVA

A área de atuação do Técnico em Administração é abrangente e variada, podendo atuar em comércios, indústrias, hospitais, órgãos públicos, entidades, entre outras organizações que desenvolvam atividades técnicas relacionadas a pessoal, material, patrimônio, orçamento, finanças e mercado, além de atividades ligadas à rotina administrativa, as quais proporcionam condições de funcionamento regular e eficiente de atividades fins de uma determinada organização.

De acordo com o censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a cidade de Bonfim-RR tem uma população de 10.943 habitantes, e, conforme dados apresentados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN), a população estimada, para o ano de 2018, foi de 12.257 habitantes. Dessa população, verificou-se que em 2018 o município matriculou 3.317 estudantes no Ensino Fundamental e 457 estudantes no Ensino Médio. Conforme informações da SEPLAN sobre a economia do município de Bonfim, em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 248.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais) e o PIB per capita alcançou R\$ 20.899,00 (vinte mil e oitocentos e noventa e nove reais). As principais atividades econômicas que se

destacam são as seguintes: agropecuária, com a criação de rebanho de bovinos, galináceos e suínos; e agricultura, com a produção de arroz, soja, mandioca, melancia, milho e banana. Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, de leite e de ovos. Também possuem relevância os produtos do extrativismo vegetal, tais como lenha e madeira em tora.

Quanto às informações sobre o trabalho e rendimento de Bonfim, em 2017 o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 15 e 6 de 15, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3607 de 5570 e 4502 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47,7% da população nessas condições, isto o colocava na posição 9 de 15 entre as cidades do estado e na posição 1779 de 5570 entre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

É importante destacar que o município de Bonfim interliga as cidades de Manaus-AM e Boa Vista-RR a Lethem e Georgetown, estas últimas na República Cooperativista da Guiana. Além disso, Bonfim faz parte de Área de Livre Comércio (ALC) criada pela Lei Federal nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e regulamentada pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, a qual tem por objeto promover o desenvolvimento dessa região por meio do fortalecimento das relações comerciais entre as cidades e os países envolvidos e também pelos incentivos fiscais para implantação de indústrias.

Diante deste cenário de potencial desenvolvimento econômico, é pertinente que o CAB, que se insere neste contexto, ofereça cursos técnicos de nível médio no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, área de Administração, os quais contribuirão para os egressos atuarem no mundo do trabalho e por consequência que os mesmos obtenham renda.

O *campus* possui, em seu quadro técnico, profissionais qualificados para atender esta demanda e proporcionar o desenvolvimento dos estudantes por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, local e regional.

Foi orientando-se por esse contexto socioeconômico e cultural que, no ano de 2015, foi aprovada a proposta pedagógica do curso Técnico em Administração Subsequente do CAB, por meio da Resolução nº 222 – Conselho Superior, de 2 de junho de 2015. A referida proposta justificava a criação do curso pela possibilidade que se apresentava ao IFRR de estender suas ações até o município de Bonfim e às comunidades de seu entorno e devido aos baixos índices socioeconômicos e altos índices de desigualdades persistentes na região, que demandam o desenvolvimento de ações para a inserção produtiva no mundo do trabalho e a inclusão social de seus cidadãos.

Considerando essas proposições, o campus tem se empenhado desde 2018 em proporcionar cursos técnicos concomitantes, forma articulada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que, conforme a Organização Didática (IFRR, 2023), consiste em sua oferta a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, considerando que a cidade de Bonfim possui apenas uma escola de Ensino Médio, a qual demonstrou interesse na implantação de cursos técnicos concomitantes, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima nº 03/2022 celebrado entre o IFRR/CAB e a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEED) com o objetivo de ofertar vagas para o ingresso em cursos técnicos, na modalidade concomitante, para estudantes regularmente matriculados na primeira série do Ensino Médio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Ademais, é importante destacar que a oferta dos cursos concomitantes contribui para a realização da missão do IFRR, proporcionando formação humana integral a esses estudantes no decorrer da realização do Ensino Médio, com vistas a oferecer formação profissional aos jovens que concluem a etapa da educação básica, facilitando o ingresso no mundo do trabalho de estudantes que necessitam contribuir com a renda familiar.

Assim, a oferta de cursos técnicos concomitantes permite aos estudantes que ao concluírem o Ensino Médio, concluírem também um curso técnico profissionalizante. Atualmente os estudantes egressos do Ensino Médio possuem como opções, além do ingresso no mundo do trabalho – que em muitos casos não se dá de forma imediata, o que contribui para os índices de desemprego e/ou informalidade, ou ocorre de forma precarizada –, a realização de cursos técnicos subsequentes ou de formação inicial e continuada no IFRR/CAB, o ingresso em um dos cursos superiores ofertados na modalidade à distância na sede de Bonfim ou o deslocamento para a capital Boa Vista para cursar a Educação Superior nas instituições ali sediadas, o que gera mudanças na vida do jovem para as quais nem sempre está adequadamente preparado.

No caso de ingresso no mundo do trabalho, os dados apresentados anteriormente demonstram que o setor de comércio, ainda pouco desenvolvido na cidade de Bonfim, o que frequentemente obriga os jovens a buscarem trabalho na Guiana, é o que mais absorve essas pessoas.

Nesse sentido, o CAB possui a oportunidade de se antecipar e agir como agente indutor de desenvolvimento ao ofertar o curso Técnico em Administração Concomitante para os jovens que saem do Ensino Fundamental, disponibilizando melhor qualificação profissional a esses jovens que precisam ingressar no mundo do trabalho logo após a conclusão do Ensino Médio.

Portanto, a proposta deste curso técnico concomitante é agregar valor à formação do estudante, otimizando também seu tempo, para que, ao final do período de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, receba o certificado do Ensino Médio com formação técnica em Administração, habilitando-o para o ingresso no mundo de trabalho em condições mais adequadas para o seu futuro profissional e às demandas apresentadas pelas organizações.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar na administração de organizações públicas e privadas ou como gestor de seu próprio negócio, com capacidade de executar processos e rotinas administrativas, além de avaliar e auxiliar na tomada de decisões.

3.2 Objetivos Específicos

- a. Proporcionar uma visão sistêmica do ambiente administrativo das organizações e suas interrelações com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- b. Realizar funções de apoio, execução e controle administrativo em organizações;
- c. Desenvolver possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos, reconhecendo-os como cidadãos e agentes do mundo do trabalho.

4. REGIME LETIVO

- a) número total de vagas anuais: 35
- b) número de turmas: 01 (uma)
- c) carga horária do curso (em horas-relógio): 800h obrigatórias
- d) período letivo: modular
- e) tempo mínimo e máximo para a integralização do curso: 6 (seis) e 9 (nove) semestres, respectivamente.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

5.1 Requisitos de acesso

A oferta de vagas para o ingresso no Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio, destina-se a alunos que estejam devidamente matriculados na primeira série do Ensino Médio no Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Conforme o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2022, são responsabilidades da SEED por intermédio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara realizar processo seletivo para ingresso dos estudantes, que será realizado por ordem de inscrição.

O IFRR/CAB ofertará os componentes curriculares da área profissional do curso técnico concomitante no contra turno em que o estudante estiver cursando os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, no Ensino Médio Regular.

5.2 Requisitos de permanência

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o *Campus* Avançado Bonfim alocará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes implementados por meio de programas, projetos e ações que visam assegurar aos estudantes a permanência e o êxito acadêmico, na perspectiva de formar cidadãos, críticos, reflexivos, políticos e éticos, para atuarem no mundo do trabalho e na

construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A Política de Assistência Estudantil será estruturada pelo Comitê de Assistência Estudantil e pelo Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil (GTAE), que são órgãos de apoio à Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil e às equipes de Assistência Estudantil dos campi.

Segundo o artigo 11 da Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, a Política de Assistência Estudantil do IFRR será operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I. Programa de Auxílio Moradia Estudantil;
- II. Programa de Auxílio Alimentação;
- III. Programa de Auxílio Transporte;
- IV. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V. Programa de Inclusão Digital;
- VI. Programa de Incentivo ao Esporte;
- VII. Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte
- VIII. Programa de Auxílio Creche;
- IX. Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- X. Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;
- XI. Programa de Apoio Pedagógico;
- XII. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- XIII. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada campus, respeitando as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

O *campus* ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

5.3 Requisitos de mobilidade acadêmica

No âmbito do IFRR, a mobilidade acadêmica é regida por meio da Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional por intermédio de convênios celebrados com instituições de ensino brasileiras e estrangeiras.

Segundo a referida Resolução, por meio da mobilidade acadêmica o estudante regularmente matriculado no curso poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em outro campus do IFRR, mantendo o vínculo de matrícula no campus de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade intercampi”, ou em outra instituição de ensino, em âmbito nacional (Mobilidade Acadêmica Nacional) ou internacional (Mobilidade Acadêmica Internacional).

Desse modo, o Art. 11 da referida Resolução dispõe que, nos casos de mobilidade acadêmica no âmbito dos cursos técnicos, caberá à coordenação de curso:

- Indicar os professores que orientarão estudantes do IFRR na elaboração do plano de estudo e acompanhamento no programa de mobilidade;
- Designar professores para acompanharem estudantes estrangeiros participantes de mobilidade acadêmica no IFRR;
- Avaliar os pedidos de aproveitamento de estudos, emitindo o devido parecer.

Ainda conforme a Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, na ausência do Coordenador de Curso, caberá à

Comissão Gestora do campus, desenvolver as competências atribuídas a ele acerca dos processos de mobilidade acadêmica.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT (2020), o profissional egresso do Curso Técnico em Administração estará apto a executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, gestão financeira, orçamentária e mercadológica; utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, seja operacionais, de coordenação, de chefia intermediária seja de direção superior, sob orientação; elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros; elaborar e expedir relatórios e documentos diversos e auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões.

6.1 Área de atuação do egresso

De acordo com o CNCT (2020), o egresso do curso terá como campo de atuação indústrias e/ou comércios em geral; prestadores de serviços e organizações do terceiro setor.

6.2. Acompanhamento do egresso

A Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima, aborda sobre os mecanismos que propiciam o relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, que são:

I. A promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos;

II. A promoção de atividades de integração entre egressos e estudantes em formação, visando à troca de informações e experiências;

III. A divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos, assim como de oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

IV. A elaboração e a disseminação de material impresso ou digital com as principais orientações aos egressos sobre a PAE do IFRR.

O acompanhamento do egresso será realizado conforme dispõe a Resolução 608/2021 - CONSUP/IFRR, de 26 de outubro de 2021, a qual objetiva o planejamento e a execução das ações da Política de extensão a serem realizadas em cada campi, sob a responsabilidade do setor de extensão de forma articulada com os setores de pesquisa e ensino.

Nesse sentido, conforme dispõe a referida Resolução, caberá ao Comitê Gestor da Política de Acompanhamento de Egressos (CGPAE) o planejamento e execução da Política de Acompanhamento de Egressos, com acompanhamento, avaliação e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR (PROEX). O objetivo das ações abrangem a coleta de dados para um banco de dados institucional, suporte contínuo para inserção no mundo do trabalho, integração com a comunidade acadêmica e manutenção do vínculo institucional.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Administração Concomitante observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC), nas diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, na Resolução CNE/CP nº 1/2021 e na Lei nº 9.394/1996.

O curso está organizado em 6 (seis) módulos, concebidos para proporcionar ao discente oportunidades de formação integral por meio de processos de ensino-aprendizagem que possibilitem a aquisição de competências, o desenvolvimento de habilidades e o fomento a valores éticos, morais, culturais e políticos que propiciem sua inserção no mundo do trabalho, com capacidade de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores.

O curso está estruturado com base em sólidos conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, com uma carga horária total de 800 (oitocentas) horas para componentes curriculares obrigatórios e 40 horas para componente curricular optativo. Destarte, convém destacar que esse quantitativo de horas segue o padrão da hora-relógio, de 60 (sessenta) minutos, enquanto que as aulas ministradas seguem padrão estabelecido pela direção do CAB/IFRR, sendo 50 (cinquenta) minutos cada hora-aula, a fim de atender especificidades relacionadas à realidade da localidade em que está instalado o *campus* e seu horário limite de funcionamento.

Para o desenvolvimento das competências necessárias à formação técnica, considerar-se-á a relação entre a teoria e a prática. Além disso, o enriquecimento de conhecimentos dar-se-á, também, por meio de visitas técnicas e participação em feiras, congressos e outros

eventos relacionados à área.

A proposta curricular do curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do discente, por meio da formação técnica, e a sua inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, o currículo deve oportunizar aos discentes a aquisição das competências e habilidades previstas no perfil profissional, como também o desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

Nessa perspectiva, o currículo será desenvolvido por meio de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, incluindo atividades teóricas, demonstrativas, projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca e nas visitas técnicas, objetivando o diálogo constante com os estudantes, a troca e o fortalecimento de experiências.

As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar serão previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, com objetivo de organizar a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes, por meio de aulas regulares; atividades práticas e visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, mini-cursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico podem ser realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando-os uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares.

O Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio prevê a oferta do componente curricular optativos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS à distância, correspondendo ao percentual de 4,76% da carga horária total do curso, em consonância com o limite estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT).

O *campus* fica obrigado a ofertar o componente curricular de LIBRAS na modalidade de Educação a Distância (EAD), com matrícula optativa para o estudante. O componente curricular será ofertado preferencialmente nos últimos módulos do curso, podendo ser formada turma com estudantes de cursos e *campi* diferentes.

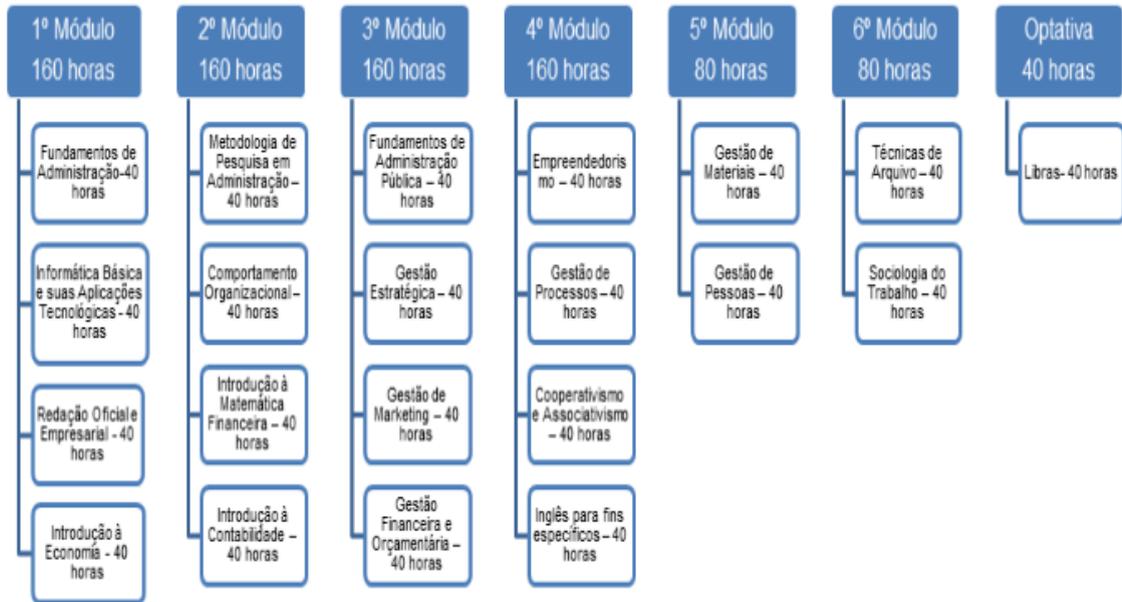
A carga horária destinada à oferta do componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será de 40 horas, o mesmo não faz parte da carga horária mínima do curso estipulada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. No caso de o estudante optar por fazer o componente curricular de LIBRAS, deverão ser registrados no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta e vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula no componente optativo serão regidas em edital próprio a ser publicado pelo *campus*.

7.1 Estrutura Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE					
Mód.	Código	Componentes Curriculares	C/H (Hora relógio)	C/H (Hora aula)	EaD
1º	CON.0001	Fundamentos de Administração	40	48	
	SUB.0324	Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas	40	48	
	SUB.0329	Redação Oficial e Empresarial	40	48	
	CON.0002	Introdução à Economia	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
2º	SUB.0327	Metodologia de Pesquisa em Administração	40	48	
	SUB.0330	Comportamento Organizacional	40	48	
	CON.0005	Introdução à Matemática Financeira	40	48	
	CON.0008	Introdução à Contabilidade	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
3º	CON.0006	Fundamentos de Administração Pública	40	48	
	CON.0011	Gestão Estratégica	40	48	
	CON.0007	Gestão de Marketing	40	48	
	CON.0012	Gestão Financeira e Orçamentária	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
4º	CON.0009	Empreendedorismo	40	48	
	SUB.0342	Gestão de Processos	40	48	
	CON.0013	Cooperativismo e Associativismo	40	48	
	CON.0010	Inglês para fins específicos	40	48	
<i>Total</i>			160	192	
5º	CON.0014	Gestão de Materiais	40	48	
	CON.0004	Gestão de Pessoas	40	48	
<i>Total</i>			80	96	

6°	CON.0015	Técnicas de Arquivo	40	48	
	CON.0003	Sociologia do Trabalho	40	48	
<i>Total</i>			80	96	
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			800	960	
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS					
	SUB.0343	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EAD)			40
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)				960	40

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo



7.3 Ementário

Módulo 1

Cód.		Componente Curricular			
CON.0001		Fundamentos da Administração			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º módulo
Ementa					
Perfil, habilidades e áreas de atuação do profissional de administração. Conceitos de organização e de gestão. Evolução histórica das escolas de administração.					
Área de Integração					
Introdução à Economia.					
Bibliografia Básica					
CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração . 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SOBRAL, F.; PECL, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					
Bibliografia Complementar					
CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração . 3.ed. São Paulo: Manole, 2015. LACOMBE, F. J. M. Teoria geral da administração . São Paulo: Saraiva, 2012. BRASIL. Lei n.º4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências . KWASNICKA, E. L. Introdução à administração . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012. VIEIRA, M. M. F. Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: FGV, 2012. OLIVEIRA, D. P. R. Teoria geral da administração: uma abordagem prática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0324		Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º módulo
Ementa					
Fundamentos da Informática: histórico e evolução. Compreensão do funcionamento de um computador. Sistema computacional: definição e caracterização de hardware, software e peopleware. Representação da informação no meio digital. Conhecimentos de editores de texto, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. Introdução a Rede de computadores. Internet: definição, risco e sua aplicabilidade no mundo da pesquisa e no trabalho. Processamento de dados e Sistemas de Informações nas Organizações. Arquiteturas de Informação Corporativa. Aspectos da Gestão da tecnologia, aquisição, serviços, suporte, projetos e implementação de sistemas. Gestão de Processos. Automatização de Processos de Negócios. Frameworks de gestão de TIC. Aspectos ambientais e "Informática Verde".					
Área de Integração					
Redação Oficial e Empresarial.					
Bibliografia Básica					
ARAUJO, Ismael Souza. Sistemas operacionais Windows . Brasília, DF: NT Editora, 2014. CASTELLS, M. A. Sociedade em rede . 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. NORTON, Peter. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.					
Bibliografia Complementar					
AKABANE, Getúlio K. Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação: Conceitos, Metodologias, Planejamento e Avaliações . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012. FERNANDEZ, Salvador. Informática básica . São Paulo: Makron Books, 2004. BONI, Jan Van. ITIL: guia de referência . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. BROOKSHEAR, J. G. Ciência da Computação: uma visão abrangente . 7ª Ed., Porto Alegre, Bookman, 2004. CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. CORNACCHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Passo a passo Microsoft Office PowerPoint 2007 . Porto Alegre: Bookman, 2008. IDANKAS, Rodney. Informática para concursos . 2. ed. São Paulo (SP): Método, 2009. LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais: Administrando a empresa digital . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MOLINARO, L. F. R., RAMOS, K. H. C. Gestão de Tecnologia da Informação: Governança de TI - Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio . 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. NORTON, P. Introdução à Informática . 1. ed. Rio de Janeiro: Makron Books. 1997. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da Informação aplicada a Sistemas de Informação Empresariais . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013. VELLOSO, Fernando de C. Informática: conceitos básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0329		Redação Oficial e Empresarial			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º Módulo
Ementa					
Características e produção, texto administrativo e a linguagem oficial aplicada na produção de documentos, correspondências oficiais e empresariais.					
Área de Integração					
Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas.					
Bibliografia Básica					
<p>BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa – Atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Petrópolis: Lucerna, 2010.</p> <p>BELTRÃO, O. BELTRÃO, M. Correspondência: linguagem e comunicação. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 3. ed. rev. atual. e amp. Brasília: Presidência da República, 2018.</p> <p>BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.</p> <p>BUSUTH, M. F. Redação técnica empresarial. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.</p> <p>CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática – Texto, Reflexão e uso. 5. ed. São Paulo: Atual, 2016.</p> <p>FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>GOLD, M. Redação Empresarial. São Paulo, Editora Pearson, 2010.</p> <p>GRION, L. Manual de redação para executivos. São Paulo: Madras, 2002.</p> <p>MORAES, F. F. Manual prático de redação oficial. Vol. 2. Rio de Janeiro: LR, 2006.</p> <p>PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa: Teoria e Prática – De acordo com a nova ortografia. São Paulo: Ed. Nova Geração Paradid. 2010.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0002		Introdução à Economia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	1º módulo
Ementa					
Fundamentos de economia: conceito, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais. Fluxos da atividade econômica. Noções de microeconomia: curva de demanda, curva de oferta, equilíbrio geral de mercado e estruturas de mercado. Noções de macroeconomia.					
Área de Integração					
Fundamentos de Administração.					
Bibliografia Básica					
<p>MANKIWI, N. G. Introdução à economia. Tradução da 6.ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>VASCONCELLOS, M. S.; BENEVIDES, P. D. Manual de Economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>GIAMBIAGI, F. et al (Org.). Economia Brasileira Contemporânea. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. MICROECONOMIA. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.</p> <p>MARIANO, J. Manual de Introdução à Economia – adaptado à realidade socioeconômica brasileira. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.</p> <p>GREGORY, M. Princípios de microeconomia. Tradução da 6.ª edição norte- americana. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>BLANCHARD, O. Macroeconomia. 7. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.</p>					

Módulo 2

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0327		Metodologia de Pesquisa em Administração			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
Noção de Pesquisa Científica; Redação Técnica e Científica; Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão; Elaboração de relatórios, artigos científicos e exposição de resultados de pesquisas e práticas profissionais.					
Área de Integração					
Comportamento Organizacional.					
Bibliografia Básica					
<p>BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. 10. ed. Petrópolis. RJ. Vozes. 2012.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALYRIO, R. D. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/6448. Acesso em: 9 abr. 2019.</p> <p>FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico. 18. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2016.</p> <p>GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 9 abr. 2019.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 9 abr. de 2019.</p> <p>THIOLLENT, M. J. M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 5. ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.</p> <p>YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0330		Comportamento Organizacional			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
Introdução ao Comportamento Organizacional. Indivíduos nas Organizações. Grupos e Equipes nas Organizações. Cultura e Clima Organizacional. Liderança e Motivação. Mudança e Desenvolvimento Organizacional. Poder, Conflito e Negociação. Diversidade nas Organizações.					
Área de Integração					
Metodologia de Pesquisa em Administração.					
Bibliografia Básica					
BERGAMINI, C.W. Psicologia aplicada à administração de empresas : psicologia do comportamento organizacional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.					
BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos de comportamento organizacional . São Paulo: Cengage Learning, 2016.					
ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional : teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.					
Bibliografia Complementar					

CARPILOVSKY, M. P. et al. **Liderança e motivação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHANLAT, J-F. **Gestão Empresarial: uma perspectiva antropológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. Vol. 1. 2. ed. Organização Ofélia de Lanna Sette Torres. São Paulo: Atlas, 1993.

FIORELLI, J. O. **Psicologia para administradores: integrando teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FRIEDMAN, H. S.; SCHUSTACK, M. W. **Teorias da personalidade**. 2. ed. Boston: Pearson Education, 2004

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. 1. ed. Tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

PAGÉS, M. et al. **O Poder das Organizações – A dominação das multinacionais sobre os indivíduos**. São Paulo: Atlas, 2008.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

VECCHIO, R. P. **Comportamento Organizacional: conceitos básicos**. Revisão técnica Ana Maria Limongi-França; Tradução Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WAGNER, J. A.; HOLLENBECK, J. R. **Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0005		Introdução à Matemática Financeira			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
Sistema de capitalização simples e composto. Sistemas de Amortizações. Séries de Pagamentos e Noções de Aplicações Financeiras.					
Área de Integração					
Introdução à Contabilidade.					
Bibliografia Básica					
<p>HAZZAN, S; POMPEO, J. N. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>PUCCINI, A. L. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>VERAS, L. L. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações no mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CRESPO, A. A. Matemática comercial e financeira fácil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>VIEIRA SOBRINHO, J. D. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>BAUER, U. R. Matemática financeira fundamental. Ed. Atlas. SP 2003.</p> <p>ASSAF NETO, A. Matemática financeira e suas aplicações. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>HARSHBARGER, R. J. Matemática aplicada: administração, economia, ciências sociais e biológicas. 7. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2006.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0008		Introdução à Contabilidade			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	2º módulo
Ementa					
<p>Conceito, objetivo e finalidade da Contabilidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultados. Métodos de escrituração. Demonstrações contábeis. Noções básicas de Contabilidade de Custos.</p>					
Área de Integração					
<p>Introdução à Matemática Financeira.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>MARION, J. C. Contabilidade básica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. MARTINS, E. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. RIBEIRO, O. M. Contabilidade Básica Fácil. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. IUDICIBUS, S. de. Contabilidade introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade de custos. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>FRANCO, H. Contabilidade geral. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>PADOVEZE, C. L. Introdução À Contabilidade Com Abordagem Para Não Contadores – 2. ed. 2015.</p> <p>ALMEIDA, S. F.; ESPENSER, V. W. Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas. 3. ed. 2014. no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>PEREIRA, J. M. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>SANTOS, C. S. Introdução à gestão pública. Saraiva, 2012.</p>					

Módulo 3

Cód.		Componente Curricular			
CON.0006		Fundamentos de Administração Pública			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Evolução da Administração Pública. Elementos fundamentais do Estado. Formas e Sistemas de Governo. Funções e Formas de Administração Pública. Reformas Administrativas no Brasil. Importância e limites da atuação da administração pública. Instrumentos de planejamento. Órgãos fiscalizadores.					
Área de Integração					
Gestão Estratégica.					
Bibliografia Básica					
CHRISPINO, A. Introdução ao Estudo das Políticas Públicas . Rio de Janeiro: FGV, 2015.					
DIAS, R. Gestão Pública – Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização . São Paulo: Atlas, 2017.					
ZOGHBI, J. Eficiência na Gestão Pública . Rio de Janeiro: BRASPORT, 2016.					
Bibliografia Complementar					
DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. Políticas Públicas . Princípios, Propósitos e Processos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
MAXIMIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. Gestão Pública: abordagem integrada à administração e ao direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2017.					
OLIVEIRA, R. Gestão Pública: Democracia e Eficiência . Rio de Janeiro: FGV, 2012.					
PALUDO, Augustinho. Administração Pública . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier — Campus, 2015.					
PEIXOTO, J. P. M. Governando o Governo: Modernização da Administração Pública .					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0011		Gestão Estratégica			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Estratégia no ambiente de negócios: conceitos e tipos de estratégia. Formulação e implementação de estratégia. Caracterização do negócio: missão; visão; objetivos; valores e crenças. Análise ambiental. Planejamento estratégico. Principais escolas do pensamento estratégico. Principais Ferramentas de Gestão Estratégica.					
Área de Integração					
Fundamentos de Administração Pública. Gestão de Marketing. Gestão Financeira e Orçamentária.					
Bibliografia Básica					
<p>PORTER, M. E. Competição: estratégias competitivas essenciais. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.</p> <p>SANTINI JUNIOR, N.; ALMEIDA, S. R. P. A. Princípios e ferramentas da estratégia empresarial. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>TAVARES, M. C. Gestão Estratégica. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, M. I. R. Manual do planejamento estratégico. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>COSTA, E. A. Gestão Estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M. I. R. Planejamento Estratégico na Prática. 2. ed. 22. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração Estratégica – Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2007.</p> <p>MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>MINTZBERG H et al. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas. 33. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0007		Gestão de Marketing			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Histórico e conceitos básicos de marketing. Gestão estratégica de marketing. Composto de marketing. Estudo do Ciclo de vida de produtos. Estudo do desenvolvimento de produtos e de serviços. Plano de marketing.					
Área de Integração					
Gestão Estratégica.					
Bibliografia Básica					
<p>COBRA, M. H. N. Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.</p> <p>LAS CASAS, A. L. Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. Ed. Atlas, 2013.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CALDER, B. J.; TYBOUT, A. M. Marketing. São Paulo: Saraiva, 2013. COUTO, K. M. B. Marketing sob medida. Brasília: Editora Fortium, 2008.</p> <p>CROCCO, Luciano et al. Fundamentos de marketing: conceitos básicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>DIAS, S. R. (Coord.). Gestão de marketing. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>HOOLEY, G. J.; PIERCY, N. F.; NICOLAUD, B. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson Education, 2015. KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. Marketing 4.0. São Paulo: Actual, 2017.</p> <p>MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.</p> <p>TURCHI, S. R. Estratégias de Marketing Digital E-commerce. 1. Ed. Brasil: Atlas, 2012.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0012		Gestão Financeira e Orçamentária			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	3º módulo
Ementa					
Proporcionar ao estudante condições para conhecer os fundamentos da gestão financeira e compreender a sua integração com outras áreas das organizações.					
Área de Integração					
Gestão Estratégica.					
Bibliografia Básica					
<p>FORTUNA, E. Mercado financeiro, produtos e serviços. 21. ed. São Paulo: Qualitymark, 2017.</p> <p>HOJI, M. Administração financeira: uma abordagem pratica: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Harbra, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ROSS,S. A.; WESTERFIELD, R. W. Administração Financeira (português). 10. ed. Amgh Editora. MARTINS, E. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>ASSAF, N.; ALEXANDRE, S.; CÉSAR A. T. Administração do capital de giro. 4. ed. São Paulo: Atlas.</p> <p>BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SANTOS, E. O. Administração Financeira da pequena e média empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>					

Módulo 4

Cód.		Componente Curricular			
CON.0009		Empreendedorismo			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
Empreendedorismo: conceitos, histórico e evolução. Empreendedor: Competências, características e habilidades. Empreendedorismo, inovação e desenvolvimento regional. Identificação e avaliação de oportunidades de negócio. Modelo de negócios. Gestão de pequenos negócios. Plano de Negócio.					
Área de Integração					
Gestão de Processos. Cooperativismo e Associativismo. Inglês para fins específicos.					
Bibliografia Básica					
<p>BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>GARCIA, A. L. FASSA; JUSTINIANO, L. S. Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Boreal, 2016.</p> <p>HISRICH, R. D. Empreendedorismo. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>DEGEN, R. J. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.</p> <p>HASHIMOTO, M.; L., R. M. A.; ANDREASSI, T.; NASSIF, V. M. J. Práticas de Empreendedorismo: casos e planos de negócios. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, D. de P. R. de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. – São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>PORTO, G. S. Gestão da Inovação e Empreendedorismo. Editora Elsevier – Campus, 2013.</p> <p>SARKAR, S. Empreendedorismo e Inovação. – 3ª Edição – Lisboa, Portugal: Escola Editora, 2014. PORTUGAL, M. N. Empreendedorismo: gestão estratégica. Goiânia, GO: Escola Editora, 2016.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0342		Gestão de Processos			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
<p>Conceitos básicos da gestão de processos. Principais processos organizacionais. Gerência de processos. Técnicas de gestão de processos. Modelagem de Processos. Método de avaliação de processos. Otimização de Processos. Estrutura organizacional. Gráficos organizacionais.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo.					
Bibliografia Básica					
<p>ALVES FILHO, B. de F. Processos Organizacionais: simplificação e racionalização. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ARAUJO, L. C. G. de.; GARCIA, A. A.; MARTINES, S. Gestão de Processos: melhores resultados e excelência organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>CURY, A. Organização e métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>DE SORDI, J. O. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, D. de P. R. de. Administração de Processos: Conceitos, Metodologia, Práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, S. B. de. Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, S. B. de. Análise e Melhoria de Processos de Negócios. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>ROCHA, A. V., MOTA, E. B.; JUNIOR, I. M.; QUINTELLA, O. M. Gestão da qualidade e processos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0013		Cooperativismo e Associativismo			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
Cooperativismo e associativismo: antecedentes históricos; evolução do pensamento cooperativo; o cooperativismo contemporâneo; Teoria econômica da cooperação; evolução do cooperativismo brasileiro; Especificidades regionais do movimento cooperativo; Identidade social e jurídica do cooperativismo brasileiro; Ramos de atuação das cooperativas Brasileiras; Cooperativismo autogestionário e solidário; Diferenças entre microempresa, associação, cooperativa, condomínios, OSCIP, fundação e sindicato; Etapas para fundação de cooperativas e associações.					
Área de Integração					
Empreendedorismo.					
Bibliografia Básica					
<p>JOCHEM, L.; RONKOSKI, J.; JOCHEM, V. Cooperativismo: uma abordagem histórico-filosófica. Curitiba: Viena, 2010.</p> <p>SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.</p> <p>VIEIRA, P. G. L. Cooperativismo passo a passo. Curitiba: Editora Juruá, 2014.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.</p> <p>ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.</p> <p>BIALOSKORSKI NETO, S. Economia e gestão de organizações cooperativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>CEFAÏ, D. et al. (Org.). Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.</p> <p>CENZI, N. L. Cooperativismo: desde as origens do projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>CRUZIO, H. de O. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p> <p>DAGNINO, E. (Org.). Sociedade civil e espaço público no Brasil. São Paulo: Paze Terra, 2002.</p> <p>GAIGER, L. I. (org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, D. P. R. Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.</p> <p>OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2011.</p> <p>PINHO, D. B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.</p> <p>PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 4. ed. São Paulo: Editora FGV, 2005.</p> <p>VEIGA, S. M.; FONSECA, I. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.</p> <p>WICKERT, S. Associativismo. Porto alegre: Emater/RS-ASCAR, 2004.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0010		Inglês para fins específicos			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	4º módulo
Ementa					
<p>Inglês instrumental com foco na leitura e na compreensão de textos escritos em língua inglesa. Desenvolvimento de competências e habilidades sociocomunicativas no uso da língua inglesa na área técnica objeto deste curso. Estratégias de leitura; aspectos morfológicos e gramaticais necessários à compreensão.</p>					
Área de Integração					
Empreendedorismo.					
Bibliografia Básica					
<p>DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês. Oxford: University Press, 2007.</p> <p>HUTCHINSON, T., A. WATERS. English for Specific Purposes - a learning-centred approach. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.</p> <p>MURPHY, R. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BARUM, G. Inglês essencial para negócios: uma ferramenta para aprimorar o inglês profissional. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>DREY, R. F. et al. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>MUNHOZ, R. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Módulo 1. 3. ed. São Paulo: Heccus, 2019.</p> <p>NUNAN, D. Second Language Teaching & Learning. Massachusetts: Heinle & Heinle Publishers, 1999.</p> <p>SOUZA, A. G. F. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.</p>					

Módulo 5

Cód.		Componente Curricular			
CON.0014		Gestão de Materiais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	5º módulo
Ementa					
<p>Histórico e objetivos da Gestão de Materiais. Fundamentos da Gestão de Materiais. O sistema de administração de material e seus subsistemas de normalização. Gestão e controle de estoque. Aquisição/compras e armazenamento/almoxarifado. Políticas de Estoques. Planejamento de Estoques. Inventário de estoques. Centro de Distribuições. Controle de Patrimônio e Inventário de Patrimônio. Processo logístico. Organização da logística de suprimentos.</p>					
Área de Integração					
Gestão de Pessoas.					
Bibliografia Básica					
<p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>DIAS, M. A. P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>VIANA, J. J. Administração de Materiais. Um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2001.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. São Paulo: Saraiva 2009.</p> <p>ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. N. Logística Aplicada: suprimento e distribuição física. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2000.</p> <p>BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>BOWERSOX, D. J. et. al. Logística empresarial: da cadeia de suprimento. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014.</p> <p>DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>GURGEL, F. A. Administração de materiais e do patrimônio. São Paulo: Cengage Learning, 2012. PAOLESCHI, B. Estoques e Armazenagem. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>WANKE, P. F. Logística para micro e pequenas empresas. São Paulo Atlas 2011.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0004		Gestão de Pessoas			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	5º módulo
Ementa					
Evolução da Gestão de Pessoas. As organizações e as pessoas. Processos de gestão de pessoas. Relações trabalhistas. Ética nas relações de trabalho. Relações de gênero no trabalho. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.					
Área de Integração					
Gestão de Materiais.					
Bibliografia Básica					
BOHLANDER, G. W.; SNELL, S. Administração de recursos humanos . 3 ed. São Paulo: Cengage, 2014. DUTRA, J. S.; DUTRA, T. A.; DUTRA, G. A. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros . Ed. Atlas. 2016. SCOFANO, A. H.; PACHECO, L. S.; BECKERT, M. C. P.; SOUZA, V. de. Capacitação e Desenvolvimento de pessoas . Rio de Janeiro: FGV, 2012.					
Bibliografia Complementar					
DEMO, G. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. FAISSAL, R.; PASSOS, A. E. V. M.; MENDONÇA, M. da C. F. de; ALMEIDA, W. M. da C. de. Atração e seleção de pessoas . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015. GIL, A. C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2012. LUZ, R. S. Gestão do clima organizacional . Rio de Janeiro: QualityMark, 2012. MACÊDO, I. I. de; RODRIGUES, D. F.; JOHANN, M. E. P.; CUNHA, N. M. M. da. Gestão de pessoas . Rio de Janeiro: FGV, 2012.					

Módulo 6

Cód.		Componente Curricular			
CON.0015		Técnicas de Arquivo			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	6º módulo
Ementa					
Arquivo, arquivística e gestão de documentos: histórico dos arquivos e conceitos básicos de arquivologia. Classificação dos documentos. Ciclo de vida dos documentos. Tabela de temporalidade. Tipos de arquivo e materiais de consumo em arquivística. Métodos de arquivamento básicos e padronizados. Gestão eletrônica de Documentos – GED.					
Área de Integração					
Sociologia do Trabalho.					
Bibliografia Básica					
<p>MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. Manual da secretária. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>SHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: Princípios e Técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>CASTRO, A. M.; CASTRO, A. M. Arquivos: físicos e digitais. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.</p> <p>MARIZ, A. C. A. A informação na internet: arquivos públicos brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p> <p>BARTALO, L.; MORENO, N. A. Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008.</p> <p>LOPES, A. M. N. et. al. Restauração e conservação de documentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 1998.</p>					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0003		Sociologia do Trabalho			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	6º módulo
Ementa					
A categoria trabalho na perspectiva sociológica. Origem e desenvolvimento da sociologia do trabalho. Abordagens contemporâneas da organização do trabalho. Processos de trabalho na Amazônia. Novos temas da sociologia do trabalho.					
Área de Integração					
Técnicas de Arquivo.					
Bibliografia Básica					
<p>ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.</p> <p>ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.</p> <p>TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e Ideologia. 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2005.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, Unicamp, 2006.</p> <p>ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p> <p>BLASS, Leila. Trabalho: lugares e significados. Revista da ABET, João Pessoa, v. IV, n. 2, p. 7-24, jul.-dez. 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15844/9068>. Acesso em: 7 mar. 2020.</p> <p>LOURENÇO, Edvânia et alli. O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, FAPESP, 2010.</p> <p>CASTRO, Edna. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 1, p. 31-50, dez. 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nctn/article/view/200/284>. Acesso em: 7 mar. 2020.</p> <p>GAULEJAC, Vincent de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.</p> <p>MARK, Karl. Capítulo 1 – A mercadoria. In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.</p> <p>POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p>					

Optativa

Cód.		Componente Curricular			
SUB.0343		Língua Brasileira de Sinais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	Optativo
Ementa					
Comunicação básica em Libras que visa um diálogo funcional, entre pessoas surdas e ouvintes dentro e fora do ambiente acadêmico.					
Área de Integração					
Bibliografia Básica					
<p>ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo, Summus, 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.</p> <p>Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.</p> <p>BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.</p> <p>HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural, 2010.</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p> <p>SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, E. C. Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. BRASIL, Ministério da Educação – SEESP/INES. Dicionário Digital de LIBRAS.</p> <p>BRASIL. Dicionário Digital de LIBRAS. Site do MEC www.dicionariolibras.com.br</p> <p>BRASIL. Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS. Sites do MEC: www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br</p> <p>CAPOVILLA, F. C. et al. Novo Deit–Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. Língua dos Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.</p> <p>R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004</p> <p>SILVA, Márcia Cristina Amaral da. Os surdos e as notações numéricas. Maringá: Eduem: 2010</p> <p>COUTINHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume I \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015.</p>					

* Hora relógio.

** Hora aula de 50 minutos.

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê certificações intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este curso não prevê Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Além de contemplar a realização de estágio curricular supervisionado não obrigatório e de práticas interdisciplinares, tais atividades podem ser:

I - Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;

Simulações de situações-problema;

Estudos de caso;

Investigação sobre atividades profissionais;

Seminários;

Projetos de pesquisa e/ou extensão;

Visitas técnicas;

Outras.

II - Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

9.1 Prática Profissional Supervisionada

A prática profissional supervisionada compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

A prática profissional supervisionada será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme disposto na Resolução CNE/CP nº 01/2021.

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho,

as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

De acordo com a Organização Didática do IFRR, a prática profissional deverá ser caracterizada por meio de atividades presenciais, tais como:

I. Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

- a) Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;
- b) Simulações de situações-problema;
- c) Estudos de caso;
- d) Investigação sobre atividades profissionais;
- e) Seminários;
- f) Projetos de pesquisa e/ou extensão;
- g) Visitas técnicas;
- h) Outras.

II. Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

O estágio supervisionado não obrigatório somente poderá ser realizado em Instituição que tenha condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estudante. Deverá ficar sob a responsabilidade dos setores de extensão do campus e das Coordenações de Curso a indicação da supervisão do acompanhamento e avaliação do estágio supervisionado.

9.2 Estágio Profissional Supervisionado

A articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, pois este curso não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018, a Resolução CONSUP/IFRR nº 292/2017 e Organização Didática em vigência.

9.3 Projetos

Os projetos integradores poderão permear todos os períodos dos cursos, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento local e a solução de problemas.

Os projetos integradores deverão ser articulados com a pesquisa e/ou a extensão, de modo que possam contribuir para a prática profissional. Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a realização dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão. Os docentes titulares dos componentes curriculares serão responsáveis pela orientação, acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas pelos discentes.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e

supervisão de um orientador.

9.4 Prática Profissional Integrada

A prática profissional integrada (PPI) é o espaço/tempo destinado, por excelência, para promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nas diferentes disciplinas do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI será desenvolvida ao longo do curso, a fim de promover o contato real e/ou simulado com a prática profissional pretendida pela habilitação específica e articular a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica com foco no trabalho como princípio educativo.

A PPI será articulada entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes. A adoção de tais práticas possibilitam efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os componentes curriculares. Nesse contexto, a PPI será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A integração entre teoria e prática perpassa toda a concepção do Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio. Logo, o planejamento dos docentes deve contemplar metodologias que objetivem essa indissociabilidade.

A organização dessas atividades práticas no Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio prevê que deve ocorrer a cada semestre, correspondendo a, pelo menos, a construção de um projeto onde os estudantes deverão aplicar todos os conhecimentos adquiridos até então no desenvolvimento de uma aplicação.

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

A realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) para fins de integralização no curso não estão previstas.

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As atividades didático pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, registradas nos planos de ensino dos docentes, serão desenvolvidas com objetivo de organizar a relação entre teoria e prática a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes. Além das aulas regulares, entre as atividades que serão desenvolvidas, estão previstas atividades práticas; visitas técnicas; eventos (palestras, seminários, minicursos e oficinas) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico serão realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme preconiza o Artigo 6º e Artigo 25, § 3º da Organização Didática (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023) e o PDI 2024-2028, que têm a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional de conclusão do curso, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias metodológicas, que proporcionem atividades reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, tais como: aulas expositivas e dialogadas, com uso dos recursos audiovisuais adequados; pesquisas de caráter bibliográfico, para enriquecimento e subsídio ao conjunto teórico necessário à formação dos estudantes; aulas práticas mesmo em disciplinas de caráter mais teórico, tanto para consolidação dos conteúdos apresentados, como para o estímulo à capacidade de experimentação e observação dos alunos; estudo de casos e exibição de filmes, com vistas ao desenvolvimento do poder de análise, contextualização e crítica; estudos dirigidos para facilitação da aprendizagem; dinâmicas de grupo e jogos de empresa, para simular, de modo lúdico, desafios a serem enfrentados no ambiente empresarial; participação, como ouvinte e ou organizador, em eventos acadêmicos que estimulem a capacidade de planejamento e organização, bem como a competência para a expressão oral e escrita; avaliações de caráter prático, que colaborem com o processo de ensino-aprendizagem e indiquem necessidades de ajustes no processo; além de atividades complementares, que enriqueçam a formação e acrescentem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à formação.

Tais estratégias devem estimular o trabalho cooperativo, facilitar a aprendizagem por meio da interação entre os estudantes, integrando novas informações num conhecimento já existente, ou mesmo, de forma cooperativa desenvolvendo novas formas de aprender e ensinar.

Entre as metodologias ativas que podem ser utilizadas, podemos destacar: a sala de aula invertida; gamificação ou educação baseada em jogos; aprendizado por problemas; aprendizado por projetos; design thinking, cultura maker; seminários e discussões.

A seleção das estratégias metodológicas dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de forma que o processo de ensino favoreçam o conhecimento obtido de forma individual e em grupo e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa, visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Este curso será desenvolvido de forma presencial, contudo o componente curricular de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será ofertado na modalidade EaD. A carga horária destinada a EaD, referente ao componente curricular citado, será de 40 horas, o que corresponde a 4,76% da carga horária total do curso.

Os componentes serão ofertados em EaD, sendo que 20% da carga horária poderá ser utilizada para atendimentos presenciais individuais e/ou coletivos, como aula presencial, revisão/reforço e/ou ainda atividades práticas. A oferta será realizada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, na plataforma *Moodle*.

Neste sentido, ficarão disponíveis os conteúdos e atividades avaliativas, correspondente à carga horária do componente curricular. Da mesma forma será utilizado o SUAP para o registro das aulas e notas nos diários correspondentes ao componente.

O planejamento, bem como a descrição das atividades dos momentos não presenciais, deverá constar no Plano de Ensino do componente curricular ofertado na modalidade EaD, de forma clara e precisa, especificando a carga horária à distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento individualizado aos estudantes.

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

As atividades deverão ser previstas no plano de ensino ou ser desenvolvidas em formato de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, com ou sem fomento por meio de edital institucional, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando - lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período de 2024 a 2028 (PDI IFRR 2024-2028).

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *campus*, constituem- se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local. Além de tudo isso, o *campus* prevê a oferta de bolsa de monitoria para os cursos técnicos, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante.

As ações de pesquisa e de inovação, que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais e a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias, e de extensão, que integram a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas institucionais, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), além de outras formas que docentes e discentes adotarem e que serão estimuladas no início de cada semestre a serem desenvolvidas por meio de Projetos Integradores (PI), conforme descrito no Item 9.3 Projetos.

Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componente curricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o *campus* está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Técnico em Administração Concomitante, fortalecendo assim o perfil profissional de saída dos estudantes. Dessa forma, o mundo do trabalho de Roraima receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco nas necessidades regionais e locais.

14. APOIO AO DISCENTE

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento e monitoria para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da DEPEI, que dispõe de profissionais, tais como assistente de alunos, psicóloga, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), e tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes.

Além das ações desenvolvidas pela instituição, a DEPEI trabalha por meio de sua equipe multidisciplinar e em conjunto com a Coordenação de Curso oferecendo serviços para possibilitar o sucesso escolar dos discentes ao longo do curso e para atuar:

- no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres;
- na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- no combate à retenção e à evasão;
- no suporte às demandas psicossociais e de saúde;
- no suporte ao planejamento docente; e
- no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico.

14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

O apoio ao discente com necessidades educacionais especiais será realizado pela Coordenação de apoio a pessoas com necessidades educacionais especiais (CAPNE), que é regulamentada pela Resolução CONSUP/IFRR N° 772, de 25 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das CAPNE's dos *campi* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). As competências da CAPNE incluem:

- I. Ofertar o atendimento educacional especializado (AEE), em horário oposto ou alternado ao horário regular das aulas, aos estudantes público-alvo da educação especial com o objetivo de complementar/suplementar a formação com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras, as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular.
- II. Promover ações e atividades que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do estudante, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- III. Propiciar o envolvimento da família do estudante público-alvo da educação especial nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- IV. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, bem como as Diretrizes de Educação Inclusiva do IFRR no ensino regular, em consonância com a legislação vigente;
- V. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e da sociedade civil;
- VI. Requerer percentual mínimo de destinação orçamentária para os *campi* para garantir o desenvolvimento das ações das CAPNEs;
- VII. Gerir a aplicação do orçamento de custeio e do investimento disponibilizados definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VIII. Articular com os diversos setores da Instituição os procedimentos relativos à consolidação da inclusão de pessoas com NEE, definindo prioridades de ações, contratações e compras.
- IX. Solicitar à Direção-Geral do *campus*, por intermédio da Diretoria/Departamento de Ensino, a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos estudantes público-alvo da educação especial, bem como parcerias com outras instituições que possibilitem a estruturação de equipes de apoio educacional especializado;
- X. Assessorar o professor de AEE na elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado de cada estudante.
- XI. Acompanhar o trabalho realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio do recebimento mensal dos relatórios de atendimento de cada estudante.
- XII. Zelar pela organização curricular que atenda às necessidades especiais de cada estudante, de modo que contemple a adequação de métodos, técnicas e recursos educativos que promovam a acessibilidade curricular e tecnológica e garanta a sua participação nas atividades acadêmico-científicas e culturais.
- XIII. Assessorar nas ações referentes aos projetos de ensino, pesquisa e de extensão na área da Educação Especial;
- XIV. Participar de reuniões de ensino com demandas referentes aos estudantes público da educação especial;
- XV. Participar das Comissões de Processos Seletivos quanto às adaptações necessárias aos candidatos que apresentem necessidades educacionais especiais, quando solicitado;
- XVI. Solicitar ao Diretor Geral providências quanto aos atendimentos biopsicossociais aos estudantes quando o *campus* não dispuser

de profissionais para tais.

- xvii. Orientar, em articulação com os setores pedagógicos, os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para os componentes curriculares, bem como a reestruturação de suas práticas didáticas, acompanhando o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os estudantes com deficiência, com Transtornos globais do desenvolvimento (TGD); Altas Habilidades/Superdotação.
- xviii. Orientar, por meio de documento, os gestores quanto às ações referentes às barreiras arquitetônicas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, enfrentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- xix. participar das reuniões do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GTAE).

Esse conjunto abrangente de diretrizes e ações objetivam promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em um ambiente educacional. Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, a CAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- i. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;
- ii. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- iii. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

14.2 Assistência Estudantil

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- i. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- ii. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- iii. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- iv. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- v. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- vi. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- vii. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- viii. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico-científicos, artístico-culturais e esportivos;
- ix. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- x. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus* Avançado Bonfim oferece aos estudantes do Curso Técnico em Administração Concomitante ao ensino médio:

- I. Programa de Auxílio Alimentação;

O *campus* conta ainda, com ações realizadas pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e sua equipe integrada pelos profissionais da Coordenação Pedagógica com a Equipe Técnico-Pedagógica, composta por Técnicos em Assuntos Educacionais.

14.3 Apoio Pedagógico

Para subsidiar o planejamento das ações dos *campi*, estão previstas na Resolução CONSUP/IFRR nº 477/2019, que dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, as estratégias de intervenção e monitoramento que visam à permanência e o êxito dos estudantes.

A Coordenação do Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPED) e da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus.

Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento

realizado todo início de semestre com os estudantes e durante o ano com as famílias, a garantia da acessibilidade metodológica e instrumental por meio da promoção de formação continuada da equipe do ensino, a realização de monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e têm um papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação, ofertando espaços de simulação de atividades práticas que não sejam possíveis de realizar de forma direta por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos estudantes.

Nesse sentido, visando permitir a utilização das TDICs em seus processos de ensino-aprendizagem, o *Campus* Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 30 (trinta) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, além de 3 (três) computadores instalados na Biblioteca do Campus, para uso em atividades de pesquisa, e 3 (três) computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

Além disso, para oferta do Componente Curricular de Língua Brasileira de SINAIS - LIBRAS, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação auxiliarão na realização das atividades síncronas e/ou assíncronas, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

16. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pela DEPEI, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática (IFRR, 2023).

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído da seguinte forma:

- I. Diretoria/Departamento de Ensino, que o presidirá;
- II. Coordenação de curso;
- III. Setor Pedagógico;
- IV. Equipe multidisciplinar de Assistência ao Estudante;
- V. Docentes da turma;
- VI. Estudantes representantes ou líderes das turmas.

O Conselho de Classe se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando seja convocado por determinação da DEPEI em função de assuntos específicos a serem tratados, podendo, nesses casos, reunir-se com:

- I. Toda a turma de estudantes;
- II. Com determinado grupo de estudantes; ou
- III. Sem a presença dos estudantes.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos estudantes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de deliberar acerca da homologação da média do componente curricular no módulo atribuída pelos docentes a cada estudante.

São atribuições do Conselho de Classe:

- I. Apresentar as dificuldades da turma quanto à aprendizagem, à relação docente/estudante, ao relacionamento entre os próprios estudantes, e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- II. Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- III. Despertar nos docentes e estudantes o hábito de reflexão, análise e autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- IV. Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;

- v. Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

17.1 Do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do Curso. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com a Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

- i. Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:
 - a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
 - b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados;
- ii. Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:
 - a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
 - b) É interna ao processo e centrada no estudante;
 - c) Também tem caráter diagnóstico;
 - d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante;
- iii. Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:
 - a) Fornece resultados de aprendizagem;
 - b) Subsidiar o planejamento do ensino para a próxima etapa;
 - c) Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- i. Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- ii. Projetos;
- iii. Estudo de caso;
- iv. Painéis integrados;
- v. Lista de verificação de desempenho e competências;
- vi. Exercícios;

- vii. Questionários;
- viii. Pesquisa;
- ix. Dinâmicas;
- x. Teste/exame/prova escrita ou oral;
- xi. Prática Profissional;
- xii. Relatórios;
- xiii. Portfólio;
- xiv. Atividade prática;
- xv. Jogos pedagógicos;
- xvi. Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- i. Somativa;
- ii. Média aritmética simples;
- iii. Média ponderada.

No sistema de avaliação somática a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver média anual/modular menor que 4,0 (quatro) no componente curricular e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Os *campi* do IFRR deverão oferecer recuperação, com a finalidade de garantir o êxito acadêmico. Os estudos de recuperação serão desenvolvidos de forma contínua, durante o período letivo, com o objetivo de superar as dificuldades de aprendizagem.

O estudante que obtiver média anual ou média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária da série/módulo, terá direito a Exame Final, que será elaborado com base nos conteúdos ministrados, a critério do docente, durante a série/módulo.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 6,0 (seis). Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência.

O componente curricular em dependência poderá ser executado conforme uma das opções a seguir:

- Oferta totalmente presencial;
- Oferta com no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária do componente curricular na forma presencial e 80% a distância para os estudantes de 1º e 2º anos;
- Oferta totalmente a distância para os estudantes de 3º ano e para aqueles que se encontram com pendência para conclusão do Ensino Médio, desde que atenda às exigências da modalidade EaD.

Em qualquer das opções de organização, deve-se primar pelo cumprimento do conteúdo programático e da carga horária total, necessários para os estudantes alcançarem a progressão.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem consiste das análises decorrentes das reuniões de conselho de classe e de reuniões pedagógicas, em que são estabelecidas estratégias pedagógicas de intervenção necessárias que tem a finalidade de:

- I. Identificar progressos;
- II. Detectar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- III. Detectar as causas e sugerir as medidas didático-pedagógicas a serem adotadas visando à superação das dificuldades;
- IV. Adequar, se necessário, o conteúdo programático dos componentes curriculares para haver maior interdisciplinaridade.

A proposição de possíveis intervenções deverá ocorrer por meio de decisão consensual entre a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (DEPEI), a Coordenação de Cursos e o setor Pedagógico, podendo ser envolvidos demais setores/profissionais que forem necessários.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

Serão realizadas reuniões pedagógicas destinadas a momentos de reflexão, de caráter diagnóstico e prognóstico, com a finalidade de discutir estratégias de intervenção necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, bem como de formação continuada.

Além disso, ao final de cada semestre será realizado o Conselho de Classe, com a finalidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante.

17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso

Para requerer o aproveitamento de estudos no período definido no calendário acadêmico, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Suap em Central de serviço com abertura de chamado>Registro acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

- I. Histórico Escolar;

- ii. Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação de Ensino e/ou Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

- i. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;
- ii. Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O fluxo para solicitação de aproveitamento e outras situações excepcionais serão regidas conforme normativas nacionais e do IFRR.

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

A avaliação do curso será realizada ao fim de cada ciclo de oferta, e terá como parâmetro os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do IFRR, conforme exposto no PDI 2024-2028 (IFRR, 2024), além do perfil profissional do curso e do egresso e dos objetivos geral e específicos do curso expostos neste PPC.

A realização dessa avaliação compreenderá a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para o currículo em busca da qualidade de sua oferta educacional, e sua realização ficará a cargo da Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, em data prevista no Calendário Acadêmico.

Para realização dessa avaliação, os estudantes do Curso responderão, por meio da aplicação de instrumentos próprios do *campus*, perguntas referentes aos componentes curriculares e atividades acadêmicas específicas do curso; à avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso; à avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca e ambientes didáticos); e à autoavaliação do estudante. Considerar-se-á, dessa forma, o sistema polidimensional que inclui a avaliação da aprendizagem do discente, a avaliação das estratégias de ensino, e a avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

O instrumento de avaliação aplicado aos estudantes deverá ser previamente encaminhado à DEPEI, que o analisará e homologará, devendo, após sua aplicação, ser elaborado relatório de avaliação de curso pela Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, no qual serão consolidados os resultados referentes às dimensões supracitadas e que, posteriormente, também deverá ser encaminhado à DEPEI, a fim de subsidiar ações a serem realizadas conforme os resultados verificados.

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que eles subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação e da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos administrativos. Quanto à comunidade externa, há dois (dois) representantes da sociedade civil organizada, que são indicados pelos dirigentes de suas organizações. Para cada membro titular da CPA existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, para o mundo de trabalho e vida em sociedade a para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais visando ofertar uma educação fundamentada nos princípios da equidade e inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

A Educação para os Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação e refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (CNE, 2012).

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares, fundamentadas nos seguintes princípios, preconizados pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE):

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

No componente curricular de Sociologia do Trabalho, no módulo 6 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de extensão.

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

Conforme a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, de modo que os tornem capazes de interagir e garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE, 2004).

A Educação das Relações Étnico-Raciais visa, no âmbito do Curso Técnico em Administração Concomitante, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira, conforme preconizam também a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio do enfrentamento estratégico práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas que produzem exclusão e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Desse modo, a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais será efetivada, no Curso Técnico em Administração Concomitante, por meio da realização de atividades que estarão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares.

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

No componente curricular de Gestão de Pessoas, no módulo 5 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de extensão.

Para contribuir ao atendimento das demandas relacionadas à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais, o Campus pretende implantar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/IFRR), cuja finalidade é regulamentar as ações referentes à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas.

Conforme estabelece a Resolução nº 432 – Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 2019, o NEABI será um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, tendo como base temas relacionados à discriminação e desigualdades raciais e ao incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção da igualdade entre as diversas etnias.

18.3 Política de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental e na manutenção dessas condições a longo prazo. Essas ações serão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares.

Buscando assegurar a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade, objetivando fomentar o envolvimento e a participação social na proteção e conservação ambiental, a Política de Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito do Curso Técnico em Administração Concomitante mediante a realização de atividades a serem inseridas forma transversal à abordagem dos conteúdos de seus componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares orientadas à Educação Ambiental. Nos componentes curriculares de Fundamentos de Administração Pública, Gestão Estratégica e Gestão de Marketing, no módulo 3 do curso, será realizado um projeto integrado para abordagem dessa temática.

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio à inclusão social.

O *Campus* Avançado Bonfim atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E ainda atende ao estabelecido no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Será assegurado no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Administração Concomitante do *Campus* Avançado Bonfim o atendimento prioritário à Pessoa com Deficiência (PcD). Esse tratamento inclui, entre outros:

I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas;

VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nas dependências do *campus* e nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Ademais, para contribuir ao alcance de um processo de ensino-aprendizagem em perspectiva inclusiva, o *campus* pretende implantar uma Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

A CAPNE tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica transdisciplinar, no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e inovação que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015 bem como do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

Dentre as atividades de acompanhamento, pode-se destacar:

I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;

II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo; e

III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando.

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

O quadro de servidores docentes é composto por 17 (dezessete) professores, todos pertencentes à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em regime de dedicação exclusiva e com formação específica, segundo as áreas de atuação, os níveis de ensino e os cursos a serem implantados, de acordo com os seus respectivos planos e propostas curriculares.

Essas funções também poderão ser exercidas por profissionais que não pertençam ao quadro de servidores da Rede Federal, através de edital de processo de seleção pública simplificada e da comprovação da capacidade técnica e formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições. A quantidade, os critérios e requisitos para seleção desses profissionais serão definidos nos editais específicos do IFRR.

a. Corpo Docente

Nº	DOCENTE	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Claudete Correa dos Santos	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado em Administração		40h - DE
02	André Ferreira Silva	Zootecnia		Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
03	Antoniél Almeida de Castro	Análise e desenvolvimento de Sistemas				40h - DE
04	Daiane Machado Sá	Ciências Econômicas	Especialista em Docência no Ensino Superior			40h - DE
05	Eliselda Ferreira Corrêa	Agronomia		Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia		40h - DE

06	Jéssica Carolina Faversani	Agronomia		Mestrado em Ciência do Solo		40h - DE
07	Karla Cristina Tabosa Machado	Ciência da Computação	Especialista em Ciência de Dados	Mestrado em Bioinformática		40h - DE
08	Lysne Nozenir de Lima Lira	Licenciatura em Pedagogia	Especialista em Lato Sensu Filosofia da Educação; Especialista em Licenciatura Plena em Historia; Especialista em Licenciatura Plena em Filosofia Geral; Especialista em MBA em Gestão de Pessoas; Especialista em Especialización en Educación Internacional; e Especialista em Planejamento, Inovação Gestão Práticas Educativas.	Mestrado em Educação		40h - DE
09	Lucas Socoloski Gudolle	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; e Especialista em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento.	Mestrado em Administração	Doutorado em Informática na Educação	40h - DE
10	Raimundo de Almeida Pereira	Agronomia	Especialista Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Especialista em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Mestrado em Agronomia		40h - DE
11	Roseane Machado Sá Viana	Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças			40h - DE
12	Rogério Pinto de Sousa	Graduação em Letras - Inglês	Especialista em em Gênero e Diversidade na Escola; Especialista em em Educação do/no Campo	Mestrado em Linguística		40h - DE
13	Rommel Rocha de Sousa	Graduação em Engenharia de Pesca		Mestrado em Engenharia de Pesca	Doutorado em Engenharia de Pesca	40h - DE
14	Sandra Milena Palomino Ortiz	Graduação em Letras - Espanhol; Graduação em Licenciatura Plena em Letras Habilitação Inglês; Graduação em ECONOMIA	Especialista em Diplomado em Pedagogia y didáctica para la enseñanza de español como lengua; Especialista em Psicopedagogia;	Mestrado em Letras		40h - DE
15	Severino Manuel da Silva	Graduação em Agronomia; Ciências Agrárias; Zootecnia	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
16	Stéfano Maleski	Comércio Exterior	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Gerenciamento de Projetos	Doutorado em Administração	40h - DE

17	Tiago Santos Barreto Thomaz	Graduação em Processos Gerenciais; Graduação em Administração; Graduação em Gestão de Recursos Humanos;	Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente; Especialista em Psicologia do Trabalho	Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional		40h - DE
----	-----------------------------	---	--	--	--	----------

O quadro de servidores das equipes técnico-pedagógicas e técnico-administrativas do *campus* é composto por 14 (quatorze) servidores, distribuídos entre cargos de nível médio e superior.

b. **Equipe Técnico-Pedagógica**

Nº	TÉCNICO	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Maria Eliana Lima dos Santos	Graduação em PEDAGOGIA;	Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Adm., Orien. e Supe; Especialização em ACESSORAMENTO A GESTÃO DE IFES	Mestrado em Educação		40h
02	Isabel Pinto Ferreira	Graduação em LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA	Especialização em GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química			40h
03	Holton Bruno Schuertz Alves	Graduação em Ciências Biológicas;	Especialização em METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E QUÍMICA	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica		40h

c. **Corpo Técnico-administrativo**

Nº	TÉCNICO	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CARGA HORÁRIA
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Antonio Evaldo Soares	Técnico em Audiovisual		Comunicação Social - Jornalismo	Gestão Pública	Educação Agrícola		40h
02	Charles da Silva Soares Junior	Assistente em Administração		Direito	Direito Público Aplicado			40h
03	Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado	Assistente em Administração; Secretariado;	Comércio Exterior; Relações Internacionais	Gestão Empresarial; Gestão Pública			40h
04	Edineide Cristina Alexandre de Souza	Técnico em Laboratório		Química		Química	Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	40h
05	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno		Tecnologia em Gestão Pública				40h
06	Jullyandy Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais		Graduação em licenciatura em computação-EAD; Graduação em Pedagogia;	Especialização em docência do ensino superior			40h

07	Maria Caroline Romao de Souza			Graduação em Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica	Mestrado em Educação		40h
08	Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno		Graduação em Psicologia	Especialização em Especialização em Saúde mental e Atenção Psicossocial; Especialização em psicologia hospitalar e da saúde			40h
09	Paulo César Sampaio da Silva	Assistente Administrativo		Graduação em Administração	Especialização em PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA			40h
10	Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública		Tecnologia em Gestão Pública				40h
11	Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista						30h

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB e permitir a execução do Curso Técnico em Administração Concomitante com pleno desenvolvimento das atividades com qualidade e de forma que possa efetivamente atender às necessidades da comunidade e do processo de formação técnica e científica dos alunos, as instalações do Campus estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, conforme Quadros 5 e 6 a seguir.

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

AMBIENTE	COMPOSIÇÃO
Ambiente Administrativo	Bateria de Banheiros para Discentes
	Bateria de Banheiros para Docentes
	Copa e Refeitório
	Guarita de Vigilância
	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia de Informação
Ambiente Pedagógico	Biblioteca
	Laboratório de Informática
	Laboratório móvel
	Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
	Sala da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

	Sala da Equipe Técnico Pedagógica
	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Pesquisa
	Sala do Setor de Psicologia
	Salas de Aulas

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Aparelho de DVD	5
Armário de Aço	10
Arquivo de Aço Vertical	10
Computador desktop	42
Impressora com scanner	5
Notebook	7
Projetores Multimídia	5
Televisão	5

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m², divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo. O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios previstos na matriz curricular, e alcançar a média mínima de 6,0 (seis) para aprovação, com frequência mínima de 75%, será conferido o Diploma de Técnico em Administração.

22. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. Aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 5 de maio de 2017**. Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019**. Aprova regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 477, de 30 de outubro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, de 26 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, de 10 de maio de 2022**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, de 16 de julho de 2022**. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023**. Organização Didática do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 772, de 25 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 781, de 20 de março de 2024**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A)** - CD1 - IFRR, em 30/07/2024 17:22:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 290177

Código de Autenticação: 64aed7b1a6

